



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Comissão de Informatização

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INFORMATIZAÇÃO (14/02/2022)

1. Identificação da Reunião

Data e Hora	Local	Presidente
14/02/2022 13h	Videoconferência Plataforma <i>Zoom</i>	Desembargadora Amélia Martins de Araújo

2. Pauta da Reunião

Assuntos
- Ações do TJGO acerca do PJD; - Aquisições de equipamentos de informática; - Pesquisas jurisprudenciais no PROJUDI; - Inconsistência na distribuição automatizada dos processos.

3. Membros da Comissão de Informatização*

Nome	Email	Ramal
Desa. Amélia Martins de Araújo	gab.amelia@tjgo.jus.br	2901
Des. Anderson Máximo de Holanda	gab.amholanda@tjgo.jus.br	2185
Des. Delintro Belo de Almeida Filho	gab.dbafilho@tjgo.jus.br	2956
Des. Itamar de Lima	gab.des.itamardelima@tjgo.jus.br	2805
Des. Jairo Ferreira Júnior	gab.jsjunior@tjgo.jus.br	2015
Des. Marcus da Costa Ferreira	gab.mcferreira@tjgo.jus.br	2020
Desa. Sandra Regina Teodoro Reis	streis@tjgo.jus.br	2090

*Decreto Judiciário n. 414/2021



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Comissão de Informatização

4. Convidados

Nome	Cargo	Email
Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas	Juiz Auxiliar da Presidência do TJGO	agssfretas@tjgo.jus.br
Anderson Yagi Costa	Diretor de Tecnologia da Informação da Presidência	aycosta@tjgo.jus.br
Susana Silva Araújo	Assistente de Juiz	ssaraujo@tjgo.jus.br
Karla Bonatti dos Santos Riccioppo	Analista de Sistemas	kbsriccioppo@tjgo.jus.br

5. Ata

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de 2022, às 13 horas, por meio de videoconferência pela plataforma *Zoom*, realizou-se a reunião da Comissão de Informatização do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - TJGO. Presidiu a sessão a Desembargadora Amélia Martins de Araújo – Presidente da Comissão. Estavam presentes os Desembargadores: Sandra Regina Teodoro Reis, Delintro Belo de Almeida Filho, Marcus da Costa Ferreira e Jairo Ferreira Júnior. O Desembargador Anderson Máximo de Holanda se ausentou por motivo de outros compromissos agendados previamente e o Desembargador Itamar de Lima também não compareceu. Foram partícipes da 30ª reunião: o Juiz Auxiliar da Presidência do TJGO, Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas, o Diretor de Tecnologia da Informação da Presidência, Sr. Anderson Yagi Costa, bem como as servidoras do TJGO, Susana Silva Araújo e Karla Bonatti dos Santos Riccioppo. A Presidente da Comissão de Informatização declarou aberta a sessão propondo que o Dr. Aldo Sabino destacasse as ações do Tribunal com relação ao Processo Judicial Digital – PJD. O Juiz Auxiliar da Presidência explanou que no decorrer do ano de 2021 houve aproximadamente oito iniciativas acerca do referido tema, vulgarmente nomeado de “Pacote PJD”, a saber: **(a)** finalização do contrato com a fábrica terceirizada de *software*, que no momento está na fase de transmissão de conhecimento; **(b)** PROAD 270576, o qual foi aberto para corrigir distorções relativas ao funcionamento da técnica de ampliação de julgamento do artigo 942 do Código do Processo Civil – CPC, que já foi ajustado, portanto, arquivado; **(c)** PROAD 270578 apurou os motivos de oscilação e demora no PJD, de modo que a questão foi resolvida, sendo, então, processo arquivado; **(d)** automatização na segunda instância do PJD, por determinação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, otimizando o sistema, tal qual ocorre na primeira instância desde 2007; **(e)**

Datado e Assinado digitalmente conforme arts. 10 e 24 da Resolução nº 59/2016 do TJGO

Av. Assis Chateaubriand, 195, St. Oeste, Goiânia Goiás – CEP 74280-900 – Telefone (62)3216-2197 – www.tjgo.jus.br



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Comissão de Informatização

implantação da sessão virtual em *habeas corpus* – HC, diminuindo a média de tempo para julgamento; **(f)** PROAD's 274818 e 274820, que fazem o acompanhamento da instalação e melhorias do julgamento virtual nas câmaras criminais; **(g)** artigos 150 e 151 do Novo Regimento Interno do TJGO, o qual uniformizou a praxe e rotina da sustentação oral; **(h)** PROAD 299664, que prevê o estudo de unificação do PROJUDI e PJD a longo prazo. Em sequência, a Desembargadora Amélia Martins de Araújo indagou, a pedido do Secretário da Primeira Câmara, acerca **(a)** da necessidade de cadastramento de recurso adesivo, de maneira que o Secretário apontou uma única possibilidade atual: o cadastramento do duplo grau e **(b)** da abertura dos microfones na pauta de ata, uma vez que a mesma já é adiada para sustentação oral. Então, o Dr. Aldo Sabino sugeriu colocar as questões citadas na pauta da reunião semanal com a Coordenação de Engenharia de Software e a servidora Karla Bonatti dos Santos Riccioppo relatou que não ocorreu nenhuma notificação acerca do recurso adesivo e se prontificou a explicar as situações expostas ao setor de gerenciamento de sistema. Posteriormente, o Juiz Auxiliar da Presidência realizou a leitura do artigo 150 e 151 do Novo Regimento Interno do TJGO, o qual enfatizou que “art. 150. Para o exercício da prerrogativa de sustentação oral, o advogado deverá efetuar prévia inscrição até às 10 (dez) horas do dia útil anterior, pela via eletrônica própria, no caso da sessão virtual, ou até a declaração de **início da sessão** (CPC, art. 937, § 2º), na hipótese da presencial ou por videoconferência”. Outro tópico abordado pela presidente da Comissão foi os pedidos de equipamentos eletrônicos para videoconferências e o Dr. Aldo Sabino salientou que, por determinação do CNJ, os primeiros equipamentos foram encaminhados para o Balcão Virtual (mais de 400 câmeras). O Diretor de Tecnologia da Informação da Presidência afirmou que uma nova licitação para os equipamentos foi concluída e os mesmos estão no patrimônio para tombamento. A Desembargadora Sandra Regina propôs que cada gabinete dos Desembargadores fizesse um novo levantamento do quantitativo necessário de câmaras/microfones (são acoplados) e, tanto o Dr. Aldo Sabino, quanto o Sr. Anderson Yagi, enfatizaram a sugestão, a fim de saberem se as 500 *webcams* distribuídas em cada gabinete devido ao novo projeto do CNJ, “Gabinete Virtual”, atenderá a demanda ou se será imprescindível adicionar em 25% o contrato licitado. Desse modo, o Juiz Auxiliar da Presidência, com o consentimento dos partícipes da reunião, solicitou que a servidora Susana Araújo se prontificasse a instaurar um PROAD para tal finalidade. Além do mais, o Sr. Anderson Yagi afirmou que novos computadores foram licitados e que apenas a comarca de Anápolis e alguns setores da comarca de Goiânia não foram contemplados por causa da entrega tardia do fornecedor, justificada pela crise de escassez mundial de *ships* e semicondutores. Outro tema abordado pelo Desembargador Marcus da Costa Ferreira foi a ferramenta de pesquisa das jurisprudências dentro do

Datado e Assinado digitalmente conforme arts. 10 e 24 da Resolução nº 59/2016 do TJGO

Av. Assis Chateaubriand, 195, St. Oeste, Goiânia Goiás – CEP 74280-900 – Telefone (62)3216-2197 – www.tjgo.jus.br



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Comissão de Informatização

PROJUDI. O Dr. Aldo Sabino explanou acerca da criação de um novo modelo de busca jurisprudencial, mais eficiente, contudo, o módulo novo precisa de ajustes e será feita uma audiência para os usuários externos exporem suas opiniões, uma vez que para os usuários internos já há uma ata com as demandas de cada gabinete (instaurou-se o PROAD 315718 para estudos necessários para auditar e readequar o Módulo de Consulta de Jurisprudências do TJGO). Também foi explicado que o módulo antigo ainda permaneceria ativo, por orientação do Presidente do TJGO, pela familiaridade dos usuários. O Sr. Anderson Yagi frisou o quão obsoleto é o módulo antigo de pesquisa jurisprudencial e, portanto, sujeito a ataques cibernéticos. Inclusive destacou a contratação de três empresas de segurança cibernética, sendo duas já em uso na estrutura do Tribunal. A Desembargadora Amélia Martins questionou se a Comissão de Jurisprudência do TJGO estava participando de todo o projeto supracitado e o Juiz Auxiliar da Presidência citou o PROAD 309997, o qual foi iniciado pelo Desembargador Itaney Francisco Campos e diz respeito ao desenvolvimento da página da Revista Goiana de Jurisprudência, bem como dos informativos das jurisprudências, seguindo os moldes do Superior Tribunal de Justiça - STJ. O Desembargador Delintro de Almeida Filho opinou por assinalar os acórdãos mais importantes para serem divulgados. A última questão abordada pela presidente da Comissão foi a inconsistência na distribuição automatizada dos processos, e o Dr. Aldo Sabino alertou sobre o erro, citando o PROAD 266505 e o 296704, enfatizando que a fragilidade ainda não resolvida foi a distribuição por dependência na fase de cumprimento provisório, mas que será sanado, e que muitos distúrbios no sistema são ocasionados pelo preenchimento inadequado dos advogados. Por fim, a Desembargadora Amélia Martins elogiou o trabalho do Juiz Auxiliar da Presidência e sua equipe, otimizando e resolvendo os problemas que se apresentam. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 14h 10m, e eu, Thaís Ferreira de Deus Mota, secretária da Comissão de Informatização, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada digitalmente pela Presidente da sessão, pelos demais membros da Comissão e pelos convidados.

5. Arquivo Fotográfico da Reunião



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Comissão de Informatização

Recording... View

dbafilho
Comissão Informatização
Des. Jairo
amelia
Anderson Yagi
m'baixar
Marcus da Costa Ferreira
Aldo Sabino - Juiz Auxiliar da Presidência - TJGO
Susana
Karla Bonatti dos Santos Riccio

Stop Video Security Participants 10 Polls Chat Share Screen Pause/Stop Recording Reactions Apps More End